

Domingo

Teresina, 2 de agosto de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.



Pedro Alcântara

Jornalista

pedrotamancopi@gmail.com

Monitoramento

A informação é do presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Luciano Nunes. Está funcionando a Rede Interligada de Informação entre TCE/CGE/CGU/Ministério Público e Polícia Federal. O objetivo: monitorar todas as ações do entes públicos em tempo real

Clipping Eletrônico – Sábado, 1º de agosto de 2015



Aquiles Nairó

Aquiles Nairó

Contrato milionário - 31/07/2015 às 23h09

Desembargador Ribamar Oliveira recebe processo da GENPP contra decisão do TCE-PI



Nesta sexta-feira(31), o desembargador José Ribamar Oliveira recebeu os autos do processo da empresa Gestão de Negócios Públicos e Privados que quer continuar um convênio no Governo do Estado.

O convênio foi suspenso pelo Tribunal de Contas do Estado, após constatar diversas irregularidades. Além disso, a própria Agência de Tecnologia da Informação já vinha realizando o serviço, que é o gerenciamento dos sistema dos empréstimos consignados dos servidores estaduais.

O escritório do advogado Nelson Nery Costa está patrocinando a defesa da GENPP. [CONFIRA AQUI](#)

Publicado Por: Aquiles Nairó

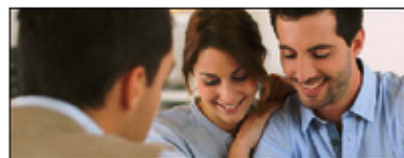


Desembargador pediu vistas - 31/07/2015 às 18h52

Defesa da empresa de empréstimos consignados possui 21 advogados

Empresa quer de todo jeito manter convênio com o Estado por serviço que não tem necessidade

Curtir 15 Tweet 0 +1 0 Compartilhar



Traga o seu imóvel e aproveite o que a vida tem de melhor.

Nós garantimos o seu aluguel e a sua tranquilidade.

86 3233-8038

Av. Dom Severino, 2290, Bairro de Fátima

@dantasmr @dantasmr



Controle o estresse
Abílio Diniz



Nelson Nery Costa comanda advogados que defendem Genpp

faturamento mensal milionário. O problema, além de não ter sido realizado licitação, é que não há necessidade desse ofício tendo em vista que a ATI sempre fez, e ainda continua fazendo este serviço.

Somente após a divulgação de uma matéria 180 tratando de um esquema que lobby no Tribunal de Justiça do Piauí para virar o jogo de decisões tanto do Tribunal de Contas do Estado como do Tribunal de Justiça do Piauí, é que o desembargador José Ribamar Oliveira recebeu os autos do processo de uma empresa que quer continuar um convênio no Governo do Estado com o único objetivo de ter uma fonte certa e abundante de dinheiro, sem a real necessidade do referido serviço.

A empresa é a Genpp (Gestão de Negócios Públicos e Privados Ltda), que faz gerenciamento corporativo financeiro e que selou um convênio em julho do ano passado com o Governo do Estado do Piauí, quando Zé Filho (PMDB) era o governador, para disponibilizar um sistema que iria gerenciar algumas atividades dos empréstimos dos servidores do estado. O convênio foi realizado sem licitação e para uma atividade que a própria ATI (Agência de Tecnologia e Informação do Estado do Piauí) poderia fazer.

A realização deste serviço permite que a empresa cobre dos servidores que fazem empréstimos, que são a maioria no estado, paguem um taxa que iria direto para os cofres da Genpp, um



TCE-PI DEFENDE SUSPENSÃO DO CONVÊNIO

A Genpp ainda atuou por seis meses, até o TCE-PI determinar a suspensão do convênio e de todos os pagamentos alegando que a contratação da empresa burla aos princípios da economicidade e eficiência que regem a prestação de serviços públicos, em virtude de que a administração pública já possui "software", desenvolvido pela ATI, cujo objetivo é o mesmo do desenvolvido pela empresa Genpp.

TJ-PI TAMBÉM DISSE NÃO À GENPP

A Genpp entrou com um recurso no TJ-PI, que foi levado à apreciação do plenário, quatro desembargadores optaram por acompanhar o voto do relator pela manutenção da decisão que rejeitou a concessão da liminar.

Na sessão do dia 16 de julho, o Desembargador José Ribamar Oliveira, pediu vistas ao processo. "O pedido de vistas trata-se de uma faculdade concedida ao desembargador para que este obtenha conhecimento aprofundado do processo, dirimindo qualquer dúvida existente, e dessa forma possa proferir de maneira mais segura, o seu voto. Se assim o fizer, como ocorreu no presente caso, o julgamento é suspenso, devendo após dez dias, o processo ser redistribuído para julgamento na primeira sessão subsequente", esclareceu o advogado Yúsiff Viana da Mota.



Desembargador José Ribamar Oliveira pediu vistas

SOMENTE 11 DIAS DEPOIS DESEMBARGADOR RECEBE AUTOS

Somente nesta sexta-feira (31/07) é que o desembargador José Ribamar Oliveira recebeu os autos do processo. O pedido foi no dia 20/07 e os autos demoraram 11 dias para irem de uma sala para a outra no Tribunal de Justiça do Piauí. O recebimento foi incluído na movimentação do processo e o desembargador terá agora 10 dias para redistribuí-lo e o julgamento deve acontecer na primeira sessão subsequente.

RAPHEL VICTOR ROCHA FURTADO(Agravante)
RAMON FREITAS PESSOA(Agravante)
THIAGO SANTOS CASTELO BRANCO(Agravante)
ZILTON LAGES VILLA(Agravante)

<< Tela Anterior

MOVIMENTAÇÕES				
	Data/Hora	Incidente	Descrição	Documentos
21	31/07/2015 09:49:29	0	RECEBIDO Processo recebido no gabinete Des. Oliveira.	Evento sem documento
20	20/07/2015 10:14:00	1	REMETIDO AO GAB. DES. JOSÉ R. OLIVEIRA, PEDIDO DE VISTA.	Evento sem documento
19	17/07/2015 09:06:35	0	CERTIDÃO JULGAMENTO SUSPENSO	CERT12
18	29/06/2015 11:31:20	1	RECEBIDO No gabinete	Evento sem documento
17	26/06/2015 16:33:30	0	CONCLUSO A(O) RELATOR(A)	Evento sem documento

PARTE INTERESSADA NÃO CANSA

A Genpp está muito interessada em se manter realizado os procedimentos com os empréstimos dos servidores estaduais. Mesmo recebendo seguidas recusas da justiça, contratou o conhecido escritório do ex-defensor público geral do estado Nelson Nery Costa. Ele consta na lista de 21 advogados que defendem a Genpp e montaram um verdadeiro esquema de defesa. Em constantes visitas ao Tribunal de Justiça do Piauí, o advogados tentam de todo jeito defender os interesses da empresa.

ADVOGADOS

ALEXANDRO AUGUSTO CARVALHO
GUIMARÃES(Impetrante)
DANILO PARENTE LIRA(Impetrante)
DEBORA AFONSO DE ALBUQUERQUE
COSTA(Impetrante)
DENISE BARROS BEZERRA LEAL(Impetrante)
DIEGO FRANCISCO ALVES
BARRADAS(Impetrante)
GISELA CARVALHO FREITAS E
MENEZES(Impetrante)
JOAQUIM BARBOSA DE ALMEIDA
NETO(Impetrante)
JOAQUIM PEDRO CAVALCANTI BARBOSA DE
ALMEIDA(Impetrante)
LEONARDO ANDRADE DE
CARVALHO(Impetrante)
LORENA FREITAS DE SOUSA(Impetrante)
LUCIANA MENDES DO NASCIMENTO(Impetrante)
LUCIO TADEU SERVIO SANTOS(Impetrante)
MARCEL COSTA ARCOVERDE(Impetrante)
MARCELA DE CASTRO COELHO(Impetrante)
MARY BARROS BEZERRA MACHADO(Impetrante)
NELSON NERY COSTA(Impetrante)
PEDRO DE JESUS MEDEIROS COSTA CAMPOS
SOUSA(Impetrante)
RAFAEL VICTOR ROCHA FURTADO(Impetrante)
RAMON FREITAS PESSOA(Impetrante)
THIAGO SANTOS CASTELO BRANCO(Impetrante)
ZILTON LAGES VILLA(Impetrante)

RESULTADO AINDA DEVE ESPERAR

Ao fim dos 10 dias que o desembargador José Ribamar Oliveira deve concluir sua vista aos autos, uma nova data deve ser marcada para análise do pleno. Isso não deve acontecer antes do dia 6 de agosto, que já tem a pautas fechadas. Os desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar, Edvaldo Pereira de Moura, Eulália Maria Ribeiro Gonçalves Nascimento Pinheiro e Fernando Carvalho Mendes, que votaram com o relator, Hilo Almeida, pela negação da liminar da Genpp, terão seus votos observados, se mudarão ou não de opinião.

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

DISPOSIÇÃO INICIAL

Art. 1º Este Regimento dispõe sobre a competência e o funcionamento dos órgãos do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

PARTE I

Art. 193. O Desembargador que não se julgar habilitado a proferir imediatamente seu voto, poderá pedir vista dos autos, que deverão ser redistribuídos no prazo de dez dias, devendo prosseguir o julgamento do feito na primeira sessão subsequente.

Parágrafo único. Dependente de proposta do Tribunal de Justiça a alteração do

MUITO DINHEIRO ENVOLVIDO

A empresa ainda atuou por seis meses, até o TCE-PI determinar a suspensão do convênio e de todos os pagamentos. Uma coisa que não ficou clara em todo esse processo é como seria feito o pagamento à empresa, já que em nenhum dos documentos oficiais constam essa informação. Mas levando por base um registro de preços da Prefeitura de Maranguape (CE), esta sim realizada por licitação, por cada linha de empréstimo era cobrada R\$ 3,55, ainda em 2013. A quantidade de servidores do estado do Piauí é significativamente maior que a da cidadezinha cearense, desta forma, a arrecadação era milionária. Por isso há tanto interesse em continuar com o convênio.

LEIA TAMBÉM:

[Lobby na justiça tenta liberar R\\$ 20 milhões de empréstimo consignado EX-PREFEITA é condenada a 16 anos e 9 meses de cadeia](#)

Publicado Por: Jhone Sousa



Aquiles Nairó

Aquiles Nairó

Material escolar - 01/08/2015 às 10h14

São Lourenço-PI contrata duas empresas, mas para o mesmo objeto de R\$ 315 mil

Curtir Tweet +1 Compartilhar

A Prefeitura de São Lourenço do Piauí (556 km de Teresina) contratou duas empresas num mesmo pregão para o fornecimento de material escolar, sendo que o objeto era único e não havia mais de um lote.

Além disso, o valor previsto no site do TCE-PI era de R\$ 295 mil. Mas, os dois contratos somam mais de R\$ 315 mil.

Outra fato que chama a atenção é o atraso na publicação dos contratos. Foram assinados em abril, mas publicados só em julho. Também é bom lembrar que o município possui aproximadamente 700 alunos na rede municipal.



ESTADO DO PIAUÍ

Prefeitura Municipal de São Lourenço Do Piauí

CNPJ(MF): Nº 41.522.095/0001-90

Av. 29 de Abril S/N, Bairro Três Marias

CEP: 64778-000 – São Lourenço Do Piauí - PI

EXTRATO DO CONTRATO nº 015/2015

REF: Pregão Presencial nº 002/2015 // CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ – PI // CONTRATADA: Sinara Vieira de Carvalho Oliveira - ME – CNPJ 01.249.667/0001-95 // OBJETO: fornecimento de Material Escolar, Didático, Pedagógico e de Expediente, destinados a atender a demanda da Prefeitura Municipal e suas Secretarias, durante o ano de 2015 // VALOR TOTAL: R\$ 157.435,55 (cento e cinquenta e sete mil quatrocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) // DATA DA ASSINATURA: 09 de abril de 2015 // VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015 // Ass. Biraci Damasceno Ribeiro Prefeito Municipal de São Lourenço do Piauí // Sinara Vieira de Carvalho Oliveira.

São Lourenço do Piauí – PI, 09 de abril de 2015.

Ricardo Ribeiro de Santana
Secretário de Administração

EXTRATO DO CONTRATO nº 016/2015

REF: Pregão Presencial nº 002/2015 // CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ – PI // CONTRATADA: Iris Ethieri Moraes de Oliveira - ME – CNPJ 07.139.098/0001-01 // OBJETO: fornecimento de Material Escolar, Didático, Pedagógico e de Expediente, destinados a atender a demanda da Prefeitura Municipal e suas Secretarias, durante o ano de 2015 // VALOR TOTAL: R\$ 158.769,77 (cento e cinquenta e oito mil setecentos e sessenta e nove reais e setenta e sete centavos) // DATA DA ASSINATURA: 09 de abril de 2015 // VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015 // Ass. Biraci Damasceno Ribeiro Prefeito Municipal de São Lourenço do Piauí // Iris Ethieri Moraes de Oliveira.

São Lourenço do Piauí – PI, 09 de abril de 2015.

Ricardo Ribeiro de Santana
Secretário de Administração



TCE-PI faz mapeamento de obras no Piauí

Integração entre instituições também marca atuação para fiscalização

Política | Postado em 02/08/2015 às 15h02

Por: Carlos Rocha



O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) está mapeando as obras fiscalizadas pelo Estado para garantir a realização das fiscalizações. O presidente do TCE-PI, Luciano Nunes, explicou que a medida vem até mesmo para orientar melhor as denúncias e se encaixa no aperfeiçoamento do trabalho do Tribunal que também é realizado em parceria com outras instituições como o Ministério Público e a Controladoria Geraldo Estado e da União.

“Nós temos georeferenciamento de obras em que a gente vai fiscalizar e tira as coordenadas daquela obra através do satélite e quando chega aqui lança no programa do Tribunal e na hora do relatório aquela obra fica georeferenciada e você sabe exatamente onde é que ela fica”, destacou Luciano Nunes. O mapeamento das obras acaba garantindo que não haja uma margem de manobra para escapar da fiscalização. “Corria o risco de sair daqui e ir fiscalizar a obra e chegava lá e alguém da prefeitura chegava em uma obra que estava construída e chegava no tribunal atestava uma obra feita e depois chegava uma nova denúncia”, disse.

Luciano Nunes afirma que há uma série de mecanismos para aperfeiçoar a fiscalização e também para já pensar a frente. “O Tribunal tem uma série de mecanismos que estão se aperfeiçoando cada vez mais no sentido de diminuir essa margem de manobra. Pegar pessoa desonesta é difícil porque toda vez que você descobre uma fraude já bolaram duas”, enfatizou o conselheiro. Para o presidente do TCE-PI o tribunal está em um bom momento assim como as instituições brasileiras. “É uma coisa muito complexa, mas nunca os tribunais de contas estiveram tão bem quanto agora porque estão na vanguarda desse momento. Estamos verificando que o que está salvando o país neste momento são as instituições que estão funcionando”, destacou.

De acordo com Luciano Nunes há uma evidência da participação dos tribunais de contas em evidência, a Polícia Federal do Supremo Tribunal Federal. “Então o que está nos salvando de uma crise de anarquia total é o funcionamento das instituições e para muito orgulho estar em uma instituições que está contribuindo para que as instituições funcionem”, comentou. Luciano Nunes também destacou a integração de dados que envolve o tribunal de contas e outras instituições. “O Tribunal de Contas é maior centro de informação que existe porque todas as informações de gestores convergem para o tribunal de contas. Como nós temos uma rede de controle hoje nós temos uma rede inteiramente interligada”.

A integração abarca até mesmo os relatórios gerados. “Quando geramos um relatório aquele relatório fica a disposição do Tribunal de Contas da União, da Polícia Federal, Controladoria Geral da União, Controladoria do Estado, Ministério Público. Basta que eles acessem aquele relatório e evidentemente que podem acessar para instruir, mas não para sair divulgando porque qualquer dado só pode ser divulgado depois de transitado em julgado”, reforçou Luciano Nunes.



Luciano Nunes: "Tenho tentado manter o TCE na absoluta discrição"

Presidente do TCE-PI ressalta que tribunal tem trabalhado para evitar qualquer tipo de oportunismo

Política | Postado em 02/08/2015 às 18h00

Por: Carlos Rocha



Pela segunda vez como presidente do Tribunal de Contas do Estado, o Conselheiro Luciano Nunes é entusiasta da atuação das Cortes de Contas. Contudo o conselheiro ressalta que é necessário uma atuação discreta, mesmo com o protagonismo que os tribunais possuem atualmente. Mesmo assim, algumas medidas estão se destacando como os bloqueios das contas de municípios que estão devendo os relatórios de aplicação de recursos, como o caso de Fartura do Piauí, onde foi pedida até intervenção estadual.

"Nós vivemos um momento muito difícil no País e tenho tentado manter o TCE na absoluta discrição cumprindo as metas, adiantando as prestações de contas para ter quase que concomitante. Nós estamos com auditorias, as inspeções normais, mas estamos procurando evitar ao máximo qualquer tipo de exposição", explicou Luciano Nunes. O presidente do TCE-PI ressalta que a meta é evitar que as atitudes do tribunal possam ser vistas como oportunismo. "Qualquer coisa que você possa fazer hoje é uma coisa que as vezes que a pessoa pode chamar de oportunismo e é uma coisa que eu não quero que aconteça com o Tribunal de Contas é essa pecha de oportunista para se projetar diante da crise que estamos vivendo", afirma.

Para Luciano Nunes é tempo de cumprir a função constitucional. "Fazemos a coisa com absoluta responsabilidade. Toda vez que fomos provocados ou que existir alguma denúncia apuramos com absoluto equilíbrio para não gerarmos fatos", reforçou. Sobre a situação geral dos municípios, Luciano Nunes confirma que há municípios na mesma situação que Fartura do Piauí. "Sempre existe, mas há uma diminuição muito forte a partir do momento que nós passamos a adotar a política de bloqueios, mesmo assim você não consegue uniformizar porque as prefeituras pelo nosso sistema político, que na minha opinião é um desastre, os nossos candidatos são escolhidos somente pelo sistema de voto", comenta Luciano Nunes.

O foco na votação é apontado pela falta de conhecimento que muitos candidatos possuem. "Eu diria exclusivamente porque às vezes na alfabetização o critério de conhecimento é muito superficial. Muitas vezes mal sabe assinar o nome ou escrever um bilhete, fazer as quatro operações e ele está apto para ser candidato a prefeito", pontua Luciano Nunes. Com esta falta de conhecimento administrar é difícil pela complexidade da gestão pública. "Eles enfrentam um modelo muito perverso e complexo no modelo de gestão. A maioria desses prefeitos tem uma noção do que é administração, mas eles estão longe de imaginar a complexidade de administrar um município".

O presidente do TCE-PI inclusive aponta os desafios para a gestão pública. "As leis são tão complexas, o emaranhado de leis é tão complexo e as exigências são tão grandes, os controles são tão inusitados que uma pessoa chega numa prefeitura ela não tem a menor noção do que espera pela frente para que possa tocar o município", reforça. As complicações ainda se ampliam com a heterogeneidade do público. "O modelo de gestão é o mesmo e como você vai aplicar o modelo de gestão a um público tão heterogêneo. É muito complicado".